

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DA ____ª VARA DO TRABALHO DE BRASÍLIA/DF

Processo nº XXXXXXXX-XX.20XX.5.10.0XXX

RECLAMADO DE TAL, pessoa jurídica de direito privado/pessoa física, já qualificado nos autos da Reclamação Trabalhista em epígrafe, tendo por endereço eletrônico *reclamadodetal@endereçoeletronico.com.br*, que lhe move **FULANO DE TAL**, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 847 da CLT c/c art. 336 do CPC, apresentar

DEFESA (centralizado, em caixa alta e negrito, tamanho 13)

às infundadas alegações do(a) reclamante, o que faz pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I – DAS PRELIMINARES (verificar caso a caso a existência ou não) (em caixa alta e negrito, tamanho 13)

(todos os subtítulos em caixa alta e itálico, tamanho 12)

I.I – PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO (art. 1.048 do CPC)

I.II – DESINTERESSE PELA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (arts. 319, VII, do CPC – somente em casos excepcionais)

I.III – PUBLICAÇÕES

I. IV - INEXISTÊNCIA OU NULIDADE DA CITAÇÃO

I. V - INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA

I.VI – INCORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA

I.VII - INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL

I.VIII - PEREMPÇÃO

I.IV – LITISPENDÊNCIA

I.X - COISA JULGADA

I.XI - CONEXÃO

I.XII - INCAPACIDADE DA PARTE, DEFEITO DE REPRESENTAÇÃO OU FALTA DE AUTORIZAÇÃO

I.XIII - CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

I.XIV – AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE OU DE INTERESSE PROCESSUAL

I.XV - FALTA DE CAUÇÃO OU DE OUTRA PRESTAÇÃO, QUE A LEI EXIGE COMO PRELIMINAR

I.XVI – INDEVIDA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA

I.XVII – DENUNCIÇÃO DA LIDE OU CHAMAMENTO AO PROCESSO (RITO ORDINÁRIO)

IXIII – OUTRAS

II – DAS PREJUDICIAIS DE MÉRITO **(em caixa alta e negrito, tamanho 13)**

(todos os subtítulos em caixa alta e itálico, tamanho 12)

II. I – DECADÊNCIA OU PRESCRIÇÃO

II. II – QUITAÇÃO OU COMPENSAÇÃO (SÚMULA 330 DO TST)

III – DOS FATOS E DO DIREITO (rebater somente o que for pedido indevido) (em caixa alta e negrito, tamanho 13)

(todos os subtítulos em caixa alta e itálico, tamanho 12)

III.I – DESCABIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA (arts. 300 a 311 do CPC)

II. II – INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO

III. III- ADMISSÃO/FUNÇÃO/ DEMISSÃO

III. IV - JORNADA DE TRABALHO

III. V – ANOTAÇÃO NA CTPS

III. VI – DIREITOS E VERBAS PLEITEADAS (listar cada um deles na impugnação, realizando a devida fundamentação)

III. VII – MULTA DO ART.467 DA CLT (havendo verbas reconhecidas, afirmar que serão pagas no ato da primeira audiência, de forma a evitar a incidência da multa prevista).

III.VIII – OUTRAS HIPÓTESES

IV - LIMITAÇÃO DA CONDENAÇÃO (ART. 141 E 492 DO CPC) **(em caixa alta e negrito, tamanho 13)**

V - ÔNUS DA PROVA (ART. 818 DA CLT E 373, INCISO I DO CPC) **(em caixa alta e negrito, tamanho 13)**

VI - JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA (LEI Nº 8.177/91, ART.39 E SÚMULA Nº 187) (em caixa alta e negrito, tamanho 13)

VII - EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO – INEXIGIBILIDADE (quando for o caso) (em caixa alta e negrito, tamanho 13)

VIII – RECONVENÇÃO (ART. 343 DO CPC) (em caixa alta e negrito, tamanho 13)

IX – CONCLUSÃO (em caixa alta e negrito, tamanho 13)

Ante o exposto, requer:

a) Sejam julgados **TOTALMENTE (OU PARCIALMENTE – se houver pedidos incontroversos) IMPROCEDENTES** os pedidos formulados, condenando a reclamante ao pagamento das custas processuais na forma da lei (quando não houver gratuidade jurídica).

b) Em caso de condenação, que a sentença observe os limites impostos na inicial (art. 492 do CPC);

c) A concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser juridicamente pobre, nos termos da Lei nº 5.584/70 c/c art. 98 do CPC; (quando for o caso)

d) Provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente pelo depoimento pessoal da reclamante sob pena de confissão quanto à matéria fática, prova testemunhal e documental (somente em caso de necessidade, requerer prova pericial).

Nestes termos,
Pede deferimento.

Brasília-DF, (data).

NOME DO(A) ESTAGIÁRIO(A)
Estagiário(a) NPJ/UDF

ADVOGADO(A)
OAB/DF